



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

**Jurisdicionado:** Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)  
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

**Origem:** De ofício

**Objeto:** Ações de prevenção e mitigação dos impactos da escassez de água – gestão hídrica

---

**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

1. No exercício das atribuições ministeriais, esta procuradora tomou conhecimento, por meio de diversas notícias veiculadas por canais de comunicação/imprensa, que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) declarou situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, até 30 de novembro de 2021, em razão do pior índice pluviométrico registrado nos últimos 91 anos.

2. Consta da Resolução n. 77/2021, publicada na edição extra do Diário Oficial da União de 1º de junho de 2021, os seguintes fatos e circunstâncias que amparam o reconhecimento da situação de escassez:

A Nota Conjunta do Sistema Nacional de Meteorologia - SNM, assinada pelo Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, de 27 de maio de 2021, que emite Alerta de Emergência Hídrica associado à escassez de precipitação para a Região Hidrográfica do Paraná, para o período de junho a setembro de 2021;

A constatação do Sistema Nacional de Meteorologia - SNM de predomínio de déficit de precipitação mensal observada na Região Hidrográfica do Paraná desde outubro de 2019, e de que a bacia se encontra em situação de déficit de precipitação severa, sem perspectiva de alteração do quadro nos próximos meses;

O acompanhamento contínuo da situação e grau de severidade da seca nas unidades federativas que compõem a Região Hidrográfica do Paraná por meio dos mapas mensais do Monitor de Secas, Programa multi-institucional coordenado pela ANA;

Que a Região Hidrográfica do Paraná abrange importantes usos dos recursos hídricos, de relevância econômica e social, e concentra os principais reservatórios de regularização do SIN, com importância para a manutenção da segurança hídrica da região e energética do País;

O acompanhamento realizado pela ANA das vazões e dos níveis dos reservatórios da Região Hidrográfica do Paraná, que se apresentam em sua maioria inferiores aos anos anteriores para este período do ano;

Que o cenário observado na Região Hidrográfica do Paraná é de escassez



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

hídrica relevante em comparação com períodos anteriores e que a situação desfavorável prevista para os próximos meses representa impactos a usos da água, em especial para os usos não consuntivos de lazer e turismo, navegação e geração hidrelétrica, inclusive conforme reconhecimento por deliberação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE em sua 248ª Reunião Extraordinária, de 27 de maio de 2021, que apontou o risco de comprometer a geração de energia elétrica para atendimento ao SIN; e

**A necessidade da adoção de medidas específicas de gestão, articulação intensa com os órgãos gestores dos estados e comunicação constante com os interessados**, em especial os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. (sem grifo no original).

3. O [site](#) da ANA apresenta breve descrição da Região Hidrográfica do Paraná:

A Região Hidrográfica Paraná ocupa 10% do território brasileiro, abrangendo sete estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal. É a região mais populosa e de maior desenvolvimento econômico do país. Por isso, possui as maiores demandas por recursos hídricos, tendo como destaque o uso industrial. É também a região com maior área irrigada e maior aproveitamento do potencial hidráulico disponível.

4. Sabe-se que, historicamente, o estado de Minas Gerais “convive” com situações recorrentes de secas e estiagens, registradas, principalmente no semiárido, que abrange mais de 90 municípios. Não obstante, conforme levantamentos realizados no artigo [Crise Hídrica: evolução dos Decretos Estaduais sobre escassez hídrica em Minas Gerais](#)<sup>1</sup>, situações de escassez hídrica já ocorreram todas as regiões mineiras:

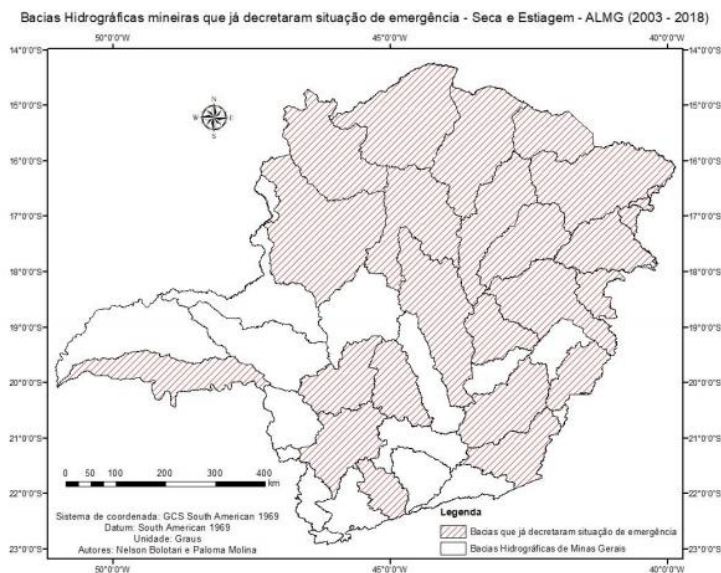
---

<sup>1</sup> FAYER, Geane Cristina et. al. Crise Hídrica: evolução dos Decretos Estaduais sobre escassez hídrica em Minas Gerais. III SRHPS - Simpósio de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul. agosto de 2018. Juiz de Fora, Minas Gerais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

**Figura 2: Bacias Hidrográficas mineiras que já decretaram situação de emergência- seca e estiagem - Assembleia Legislativa de Minas Gerais, (2003-2018). Fonte: Os autores (2018).**



5. Segundo o relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos de 2020, elaborado pela ANA:

A chuva do ano de 2019 teve grande variação de comportamento ao longo do território nacional, refletindo, conseqüentemente, em grande variabilidade também nas vazões. **Secas mais pronunciadas** nesse ano foram observadas nos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, e parte da Bahia.

(...)

Na região Sudeste, secas mais pronunciadas foram observadas na parte central do Estado de Minas Gerais. Algumas das cidades atingidas foram Diamantina, Capelinha e Capitão Enéias, região que engloba a UGRH Jequitinhonha. Algumas estações no Rio Jequitinhonha apresentaram tempos de retorno de seca maiores que 100 anos. (grifos no original)

6. Ante o caráter essencial da água para a sobrevivência humana, garantida por meio do abastecimento público, e também para a dessedentação animal e para o uso agroindustrial, e considerando o cenário projetado de escassez hídrica, impõe-se à administração pública a adoção de medidas de planejamento e ações preventivas ou de emergência para garantir a disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o adequado atendimento à sociedade.

7. O art. 23, inciso XI, da Constituição da República, dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

Dispõe, ainda, no art. 26, inciso I, que são bens dos estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

8. A Lei n. 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídrico e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), estabelece, no art. 12, inc. I, e art. 14, que a captação de água para consumo final, inclusive abastecimento público, está sujeita a outorga a ser concedida pelo Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal e prevê no art. 30:

Art. 30. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, na sua esfera de competência:

I - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos;

(...)

III - implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito estadual e do Distrito Federal;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

9. Compete, portanto, aos estados a outorga, regulamentação e fiscalização do uso das águas sob seu domínio.

10. No estado de Minas Gerais, o art. 3º, incisos I e XI, da Lei 13.199/1999, que instituiu a **Política Estadual de Recursos Hídricos**, cujo objetivo é assegurar o acesso, pelos usuários atuais e futuros, do uso da água e de sua utilização em quantidade, qualidade e regime satisfatórios, dispõe o seguinte:

Art. 3º – Na execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, serão observados:

I – o direito de acesso de todos aos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas;

(...)

XI – a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

11. Estabelece, ainda, no art. 4º, inciso VI, que o Estado assegurará, por intermédio do **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH)**, os recursos financeiros e institucionais necessários ao atendimento da Constituição do Estado com relação à política e ao gerenciamento de recursos hídricos, para a defesa contra eventos hidrológicos críticos que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas ou provoquem prejuízos econômicos e sociais, bem como para a conscientização da população sobre a necessidade da utilização múltipla e sustentável dos recursos hídricos e da sua



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

proteção (art. 4º, inciso VIII).

12. A gestão do SEGRH e implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos é realizada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), autarquia estadual<sup>2</sup> vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), competindo-lhe, nos termos do art. 12, incisos I, II, IV e VII, da [Lei Estadual n. 21.972/2016](#):

Art. 12 – (...)

I – disciplinar, em caráter complementar, coordenar e implementar o controle e a avaliação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos;

II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;

(...)

IV – outorgar<sup>3</sup> o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, bem como dos de domínio da União, quando houver delegação, ressalvadas as competências dos comitês de bacias hidrográficas e do CERH-MG;

(...)

**VII – promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os órgãos e entidades responsáveis pela proteção e defesa civil;**

13. A [Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais \(CERH/MG\) n. 49/2015](#) dispõe no art. 8º que a **declaração de situação crítica de escassez hídrica na porção hidrográfica** será instituída por ato específico a ser expedido pelo IGAM, órgão gestor de recursos hídricos no estado.

14. Constatei que o IGAM iniciou, recentemente, em março de 2021, [consulta pública](#) para a apresentação de comentários e sugestões para o aprimoramento do Termo de Referência destinado para a contratação de serviços de consultoria para a elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, especialmente relativos ao objeto, detalhamento dos serviços, obrigações da contratada e características e condições para a prestação do serviço.

15. Considerando referido quadro normativo e os recursos tecnológicos que permitem o monitoramento hidrometeorológico e a realização de prognósticos, a administração pública não deve pautar sua atuação apenas em programas emergenciais para mitigação dos impactos da escassez de água, mas,

<sup>2</sup> [Lei Estadual n. 12.584/1997](#)

<sup>3</sup> A outorga é ato administrativo que tem como objetivo assegurar os controles quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos, levando em conta a necessidade de se preservar o uso múltiplo e racional das águas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

predominantemente, em políticas públicas permanentes, estruturadas e integradas com os demais entes da federação<sup>4</sup>, aptas a garantir a segurança hídrica da população, com sustentabilidade econômica e ambiental.

16. Por essa razão, o Tribunal de Contas mineiro realizou a Auditoria Operacional n. 1.013.193, cujo objetivo era avaliar o estágio de implementação da política de recursos hídricos no Estado e como a atuação dos diversos agentes dessa política contribui para a garantia dos recursos hídricos para os diversos usos previstos na legislação, ou seja, de que forma a atuação do Estado contribui para a boa gestão e para a prevenção de conflitos de escassez de água.

17. Avaliada a geração e disponibilização de dados sobre recursos hídricos, a unidade técnica registrou que “6.20. Pelo exposto fica claro que os principais sistemas informatizados essenciais ao Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos estão inoperantes ou operando de forma deficiente”.

18. A Primeira Câmara do TCE/MG, em sessão de 20 de março de 2018, proferiu [acórdão](#) com as seguintes recomendações ao IGAM:

Recomendar ao IGAM a adoção das seguintes medidas

- Apresente plano de metas a curto, médio e longo prazo para ampliação do monitoramento integrado, qualidade e quantidade, dos recursos hídricos no Estado.
- Mantenha atualizada a página do InfoHidro, em especial quanto aos dados e relatórios de monitoramento da qualidade da água, informativo hidrometeorológico, alerta de cheia, boletins e informativos dos reservatórios do Estado.

19. Nos autos do Monitoramento n. 1.047.692, ainda em trâmite, a unidade técnica concluiu, em abril de 2021, que a primeira recomendação foi implementada e registrou que “é importante que o IGAM continue ampliando a rede de monitoramento integrada que corresponde atualmente a somente 50% dos postos de monitoramento de qualidade da água”. Quanto à segunda recomendação citada, concluiu que a ação foi parcialmente implementada.

20. Assim, diante da previsão de escassez hídrica para os próximos meses sem precedentes nos últimos 90 anos, deve ser verificada possível ação de controle adicional àquela deflagrada pelo TCE/MG na Auditoria Operacional n. 1.013.193.

21. É de entendimento comum que, diante de tal cenário, a adoção das

---

<sup>4</sup> A gestão das águas é compartilhada entre a União, Estados e Distrito Federal, enquanto os municípios detêm a titularidade do serviço público de abastecimento e saneamento competem aos municípios (art. 30, inciso I, CR).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

medidas cabíveis, tempestivamente, é fundamental para que a situação não se agrave ao ponto impingir à população eventual restrição no fornecimento de energia elétrica ou de água, bem como para que impactos nos setores produtivos, mormente o agrícola, sejam mitigados.

22. Diante do exposto, é imperiosa a averiguação, junto às distintas estruturas governamentais envolvidas no enfrentamento da situação, do quadro vigente, bem como da existência de planejamento sistêmico e integrado para adoção de ações emergenciais e/ou preventivas.

23. A gravidade da situação é suficiente para conferir **justa causa** à instauração do procedimento investigatório que ora se inicia no âmbito deste Ministério Público de Contas, com a finalidade de esclarecer a existência de medidas para a mitigação dos efeitos de escassez hídrica e para a garantia da segurança hídrica da população em Minas Gerais.

### **CONCLUSÃO**

24. Portanto, considerando a relevância do tema; considerando a necessidade de adoção de medidas para a mitigação dos efeitos de escassez hídrica e para a garantia da segurança hídrica da população; e, ainda, o disposto no artigo 4º, inciso I e §1º, e no artigo 6º da Resolução MPC-MG nº 14, de 20 de dezembro de 2019, resolvo, no uso das minhas atribuições institucionais, **instaurar procedimento preparatório, de ofício**, para apurar a elaboração de planejamento e a execução orçamentária da política pública de gestão hídrica em face dos recentes eventos de escassez.

25. Após instaurado o competente procedimento preparatório, determino que seja oficiado ao Sr. Marcelo da Fonseca, diretor geral do IGAM, e à Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com cópia deste despacho, requisitando o envio a este órgão ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes documentos e informações:

- a) levantamento com informações detalhadas acerca dos atuais níveis de reservatórios de água e cursos de água para abastecimento da população, bem como eventual estudo de cenário futuro de curto e médio prazo;
- b) levantamento sobre o nível de barragens destinadas à geração de energia de matriz hidrelétrica, bem como eventual estudo de cenário futuro de curto e médio prazo;
- c) levantamento acerca dos municípios que já tenham declarado a situação de emergência ou de calamidade pública em virtude de estiagem, com relatório acerca da adoção de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
*Gabinete da Procuradora Cristina Andrade Melo*

eventuais medidas mitigatórias;

d) informação acerca da existência de plano de contingência para enfrentamento de crise hídrica e seu eventual agravamento, com atuação integrada entre os órgãos da estrutura governamental, no âmbito de suas competências;

e) informação acerca de eventual execução e/ou planejamento de medidas visando a conscientização da população para uso racional de água;

f) informações detalhadas da previsão orçamentária e execução financeira de programas e ações previstos no orçamento anual destinadas a mitigar os efeitos de eventos de escassez e garantia da segurança hídrica no estado;

g) outras informações que julgar relevantes.

26. Após transcorrido *in albis* o prazo fixado ou apresentada e atuada a documentação requerida, voltem-me os autos conclusos.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2021.

*Cristina Andrade Melo*

Procuradora do Ministério Público de Contas